# TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. DO OBJETO A SER CONTRATADO

1.1 O presente termo de referência tem por objetivo a Contratação de empresa para aquisição complementar de instrumentos musicais e acessórios, visando atender às necessidades das ações culturais e educacionais do município de Campo Alegre de Lourdes/BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Descrição | Preço Estimado | Quantidade | Unidade | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Instrumento Musical - Percussão tipo: timbal, material: alumínio, componentes: ferragens cromadas e pele leitosa, tamanho: 14, características adicionais: 16 afinações, porca anti-vibração, sistema duplo TIMBAL ARO 14”, 16 AFINAÇÕES. | R$ 1.045,33 | 4 | Unidades | R$ 4.181,32 |
| 2 | CAIXA TAROL - Instrumento de percussão do tipo caixa tarol marcial, apresentando dimensões técnicas de 14 polegadas de diâmetro por 10 centímetros de altura de profundidade. O corpo deve ser fabricado em chapa de alumínio de alta resistência com tratamento anticorrosivo. O sistema de afinação deve contar com, no mínimo, 6 afinadores em tirantes de aço, com aros e ferragens cromados de alta durabilidade. Deve vir equipado com pele batedeira leitosa, pele de resposta transparente, esteira integrada de fios de aço e acompanhar uma chave de afinação compatível. | R$ 411,00 | 4 | Unidades | R$ 1.644,00 |
| 3 | Surdo 30x14”, alumisteel, aro chapa preto, pele leitosa, 10 afinações. Com dimensões aproximadas de 30" de diâmetro por 14" de profundidade (aprox. Ø76,2 cm x 35,6 cm), casco confeccionado em alumisteel com acabamento natural, aros em chapa metálica. | R$ 455,33 | 4 | Unidades | R$ 1.821,32 |
| 4 | SURDO 18" x 60 CM, PELE LEITOSA INJETADA 10 AFINADORES EM TIRANTE, CORPO DE ALUMÍNIO POLIDO, FERRAGENS CROMADAS. | R$ 890,39 | 4 | Unidades | R$ 3.561,56 |
| 5 | Talabarte 2 ganchos em nylon com ombreiras em eva para melhor conforto com ganchos em inox reforçado. Tamanho total de 120m a 180m Largura 45 cm. | R$ 35,83 | 4 | Unidades | R$ 143,32 |
| 6 | Correias talabarte para caixa tenor e tarol: talabarte 2 ganchos de tamanho regulável para caixa de caixa tenor e tarol, instrumentos compatíveis: caixa de guerra caixa tenor, tarol; materiais: nylon e | R$ 34,80 | 4 | Unidades | R$ 139,20 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | metal; comprimento x largura: 1.45m x 5 cm; comprimento mínimo: 9 | | | | | |
| 7 | Talabarte para surdo; 07cm de largura; reforçada com uma fita 5cm interna e uma ombreira regulável para melhor conforto do musico ou ritmista; regulagem de altura; fivela com vários níveis de altura e gancho tipo dente de coelho. | R$ | 35,80 | 8 | Unidades | R$ 286,40 |
| 8 | TALABARTE PARA TIMBAL, COM OMBREIRA, destinado à sustentação e ao transporte do instrumento durante a execução musical. Deve possuir estrutura resistente e sistema de fixação compatível com o timbal. | R$ | 39,78 | 4 | Unidades | R$ 159,12 |
| 9 | PAR DE BAQUETAS PARA BUMBO Par de baquetas destinadas à execução em bumbo de bandas marciais, fanfarras e demais grupos de percussão; cabos confeccionados em madeira de alta resistência ou material sintético de desempenho equivalente, proporcionando resistência. | R$ | 61,94 | 16 | Unidades | R$ 991,04 |
| 10 | PAR DE BAQUETAS DE SILICONE PARA TIMBAL, confeccionadas em silicone ou material equivalente apropriado para percussão, destinadas à execução musical no instrumento. Fornecimento em par. | R$ | 37,96 | 8 | Unidades | R$ 303,68 |
| 11 | PAR DE BAQUETAS DE MADEIRA PARA CAIXA/TAROL, confeccionadas em madeira resistente, com acabamento adequado para manuseio e execução musical. Compatíveis com instrumentos do tipo caixa ou tarol. Fornecimento em par. | R$ | 16,01 | 8 | Unidades | R$ 128,08 |
| 12 | PAR DE BAQUETAS PARA CAIXA TENOR DE MARCHA, compatíveis com caixa tenor de 14" x 10" ou 14" x 12", confeccionadas em madeira de alta resistência, com ponta em madeira e pescoço entre a ponta e o corpo da baqueta, proporcionando adequado rebote e controle durante a execução. | R$ | 66,17 | 8 | Unidades | R$ 529,36 |
| 13 | BAQUETAS DE SILICONE PARA QUINTO TOM, apropriadas para execução musical em instrumento de percussão. Fornecimento de 02 (duas) unidades. | R$ | 44,66 | 2 | Unidades | R$ 89,32 |
| 14 | BAQUETA PARA BUMBO, confeccionada em madeira resistente, com acabamento adequado para manuseio e uso musical, compatível com instrumento do tipo bumbo. | R$ | 26,55 | 10 | Unidades | R$ 265,50 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 | PAR DE BAQUETAS DE MADEIRA PARA SURDO, confeccionadas em madeira resistente, com acabamento adequado para manuseio e execução musical, compatíveis com instrumento de percussão do tipo surdo. Fornecimento em par. | R$ | 12,79 | 10 | Unidades | R$ 127,90 |
| 16 | Correia De Apoio De Mão Para Pratos De Fanfarra, Confeccionada Em Couro Sintético Ou Nylon Ultra Resistente Com Feltro De Proteção. | R$ | 33,03 | 6 | Unidades | R$ 198,18 |
| 17 | TALABARTE SIMPLES PARA INSTRUMENTO DE PERCUSSÃO - Talabarte para sustentação de instrumento de percussão em banda/fanfarra, confeccionado em nylon ou couro sintético de alta resistência, largura mínima 5 cm, regulável em comprimento (mínimo 80 cm a 150 cm), fivelas com 02 ganchos em metal galvanizado ou inox, capacidade de carga mínima 20 kg. Garantia mínima de 12 meses. | R$ | 26,88 | 1 | Unidade | R$ 26,88 |
| | | | | | **Valor Global:** | **R$ 14.596,18** |

1.2 A aquisição dos itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa neste termo de referência. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na planilha acima. A presente contratação adotará a forma de fornecimento imediato, a ser realizado após a confecção do contrato.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente solicitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição complementar de instrumentos musicais e acessórios, com a finalidade de atender às demandas das ações culturais e educacionais desenvolvidas pelo Município de Campo Alegre de Lourdes/BA.

A medida mostra-se necessária diante da expansão das atividades que utilizam a música como recurso pedagógico, social e de valorização cultural. A aquisição complementar permitirá a melhoria da estrutura, favorecendo a consolidação e o fortalecimento de projetos como bandas escolares, fanfarras, oficinas de música, atividades extracurriculares, bem como a formação de grupos voltados à preservação e difusão do patrimônio cultural imaterial do Município.

No contexto educacional, os instrumentos musicais contribuem de forma expressiva para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos estudantes, além de despertar o interesse pelas artes e promover a inclusão de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. No âmbito cultural, constituem recursos indispensáveis para a realização de apresentações públicas, solenidades oficiais, eventos tradicionais e demais manifestações que reforçam e preservam a identidade cultural local.

A contratação de empresa especializada assegurará o fornecimento de materiais adequados, resistentes e de qualidade técnica, garantindo uniformidade nos instrumentos utilizados e reduzindo gastos futuros com reparos ou substituições. Tal iniciativa possibilitará maior eficiência e organização na execução das ações

culturais e educacionais do Município.

Ressalta-se que os itens deste Termo de Referência foram objeto de dispensa de licitação anterior, a qual restou fracassada. Após diligência do setor competente, a licitante alegou impossibilidade de reduzir sua proposta, que ultrapassava o valor estimado. Diante da suspeita de defasagem dos preços de referência frente ao mercado, esta Secretaria solicitou ao Departamento de Compras nova pesquisa de preços, dando-se prosseguimento ao feito após a devida atualização.

Dessa forma, a aquisição complementar de instrumentos musicais e acessórios configura-se como providência essencial para a continuidade, a ampliação e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à cultura e à educação em Campo Alegre de Lourdes/BA, assegurando o acesso democrático à cultura, o estímulo à formação musical e a valorização dos talentos locais.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os licitantes devem atender os seguintes requisitos constantes neste termo de referência.
3.2. A aquisição deverá ser feita de forma direta, de acordo com a planilha de fornecimento constante na claúsula 01 deste termo de referência.
3.3. Os itens deverão ser entregues na sede da Secretaria de Cultura, ou das secretarias requisitantes dos itens.
3.4. O fornecimento dos itens constantes neste termo de referência serão fornecidos a medida que requisitados, com prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da ordem de solicitação expedido pelo setor responsável.
3.5. Verificada a desconformidade do fornecimento, ausência, ou total inoperância da contratada a mesma deverá promover as correções necessárias, sujeitando-se às penalidades previstas na lei federal 14.133/21.
3.6. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

### Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 4. GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### 4.1. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

4.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**4.2. Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.2.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

4.2.2. A Fiscalização do contrato caberá à: Anderson Rocha da Silva, CPF nº 304.***.***-90.

**4.3. Gestor do Contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato. A Gestão do Contrato caberá a Secretária de Cultura Sra. Ana Maria Rubem de Macedo.

## 5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**5.1 Recebimento**

A contratada após a finalização do evento deverá, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**5.2 Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.2.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2. a data da emissão;

5.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

5.2.5. o valor a pagar; e

5.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

5.6 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem

como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**5.9 Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**5.10 Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**5.11 Cessão de crédito**

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

5.5.1 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

### 6.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob a forma de adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### 6.2 Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será de forma integral e imediato, e deverá ocorrer a partir da data de solicitação do órgão requisitante.

### 6.3 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 6.4 Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 6.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

Apresentar documento oficial de identificação pessoal com foto e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de

02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais/Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**6.6 Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

**6.7 Qualificação Técnica**

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.7.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.7.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 7 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 O custo estimado total da contratação é de **R$ 14.596,18 (catorze mil, quinhentos e noventa e seis reais e dezoito centavos)**, conforme custos unitários apostos em anexo.

## 8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município:

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

| | |
|---|---|
| **Órgão / Unidade:** | 0309000 - SECRETARIA DE CULTURA |
| **Atividade:** | 2134 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE CULTURA |
| **Elemento de Despesa:** | 4.4.90.52.00 / 3.3.90.30.00 |
| **Fonte de Recurso:** | 1719000 /150000 |

Campo Alegre de Lourdes/BA, 14 de outubro de 2026.

**Ana Maria Rubem de Macedo**
Secretária Municipal de Cultura